



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios, em atendimento às demandas contínuas dos serviços socioassistenciais desenvolvidos no **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)** e na **Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso (CAIVS)**, ambos vinculados à rede de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A presente contratação tem por objetivo garantir condições adequadas de **alimentação, nutrição, cuidado e acolhimento** nos referidos equipamentos públicos, que prestam atendimento direto a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, pelo período de **1 (um) ano**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante:	Gerência de Proteção Social Especial
1.3. Fundamentação legal:	Licitação, na modalidade de pregão eletrônico, nos termos do artigo 28, inciso I, através do sistema de registro de preços, nos termos dos artigos 78 e 84, todos da Lei nº 14.133/2021, bem como artigo 3º, inciso I, II e IV do Decreto Federal nº 11.462/2023.
1.4. Período:	1 (um) ano, nos termos do artigo 84, da Lei nº 14.133/2021
1.5. Tipo	Menor preço unitário por item, nos termos do artigo 33, da Lei nº 14.133/2021

1.6. Aquisição de gêneros alimentícios, conforme a tabela abaixo, de acordo com as condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento, destinadas ao atendimento das refeições do **CAIVS** e do **Centro POP**, conforme detalhamento do público e das refeições previstas.

ITEM	CATMAT / CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE
		ESTOCÁVEIS		
1	463857	Açafrão Apresentação: pó. Aplicação: tempero. Embalagem contendo a descrição e características do produto com 100g.	PACOTE	202
2	353155	Açúcar Do tipo: refinado Especial. Apresentação: Embalagem original de 1 Kg	PACOTE	1697
3	407523	Adoçante Dietético Componente: sucralose. Do tipo: líquido. Apresentação: embalagem com no mínimo 100ml.	UNIDADE	52
4	464539	Amendoim Do tipo: Torrado e sem casca. Embalagem contendo a descrição e características do produto, com 500g.	PACOTE	24

5	459077	Amido De Milho Apresentação: Embalagem De 500 g.	CAIXA	208
6	472895	Arroz Polido, Agulhinha Tipo 1 - Extra Grão Longo e Fino, Acondicionado em embalagem plástica original contendo a descrição das características do produto, com 5kg.	PACOTE	700
7	448997	Atum Do tipo: enlatado e em pedaços. Meio de cobertura: com óleo comestível. Embalagem original em lata 170g.	LATA	312
8	460501	Aveia Do tipo: flocos finos. Apresentação: embalagem original de 200 g.	PACOTE	520
9	421668	Azeite Do tipo: extra virgem . Apresentação: Embalagem original com 500 ml, contendo a descrição e características do produto.	FRASCO	104
10	459639	Azeitona Do tipo: verde e sem caroço. Apresentação: pote de conserva de aprox. 1kg (drenado).	POTE	36
11	432494	Batata Palha Apresentação: Embalagem de 1kg contendo a descrição e características do produto - sem adição de glutamato monossódico.	PACOTE	104
12	402544	Biscoito Do tipo: Polvilho. Apresentação: Embalagem de 200g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	624
13	389172	Biscoito Do tipo: maisena. Sabor: doce. Apresentação: Embalagem em 200 g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	1872
14	477542	Biscoito Do tipo: rosquinha. Sabor: de leite. Apresentação: embalagem de 350g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	357
15	235093	Biscoito Do tipo: Cream-Cracker. Sabor: salgado. Apresentação: embalagem de 200 g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	1872
16	401144	Biscoito Do tipo: Leite maltado. Sabor: doce. Apresentação: embalagem de entre 132g e 170g. contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	925
17	463532	Cacau Do tipo: 100%, em pó. Apresentação: embalagem de 200g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	73
18	463593	Café Do tipo: pó torrado e moído de 1ª qualidade. Apresentação de Certificado ABIC ou laudos laboratoriais, emitidos em conformidade com a legislação vigente, por laboratório acreditado por organismo competente. E mbalagem original de 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	803
19	463872	Canela em Pó - Apresentação: pó desidratado. Aplicação: tempero. Embalagem contendo a descrição e características do produto. Embalagem com no mínimo 30gramas	UNIDADE	90
20	463873	Canela em Pau/Casca - Apresentação: Casca. Aplicação: tempero. Embalagem contendo a descrição e características do produto. Embalagem com no mínimo 20 gramas	PACOTE	90

21	459072	Canjiquinha de Milho Do tipo: Amarela Pura - Sem Corante e Conservantes, Acondicionada em embalagem plástica original, contendo as características do produto, com no mínimo 1kg.	PACOTE	188
22	465333	Cereal infantil Próprio para mucilagem com farinha multicereais sem adição de açúcares. Rico em nutrientes que contribuem para a imunidade e desenvolvimento infantil, vitaminas e minerais. Indicado para crianças a partir de 06 meses. Apresentação: lata original de 400g contendo a descrição e características do produto.	LATA	468
23	245189	Chá Sabor: erva Doce. Acondicionada em embalagem original com 10 Saches com no mínimo 10 g.	CAIXA	63
24	353665	Chá Sabor: camomila. Acondicionada em embalagem original com 10 Saches com no mínimo 10 g.	CAIXA	41
25	258194	Chá Sabor: maçã. Acondicionada em embalagem original com 10 Saches com no mínimo 10 g.	CAIXA	41
26	236613	Chá Sabor: Mate. Acondicionada em embalagem original com 10 Saches com no mínimo 10 g.	CAIXA	63
27	463546	Chocolate em pó tradicional - apresentação: pó solúvel. Características: produto pronto para consumo, próprio para preparo de bebidas e receitas, com registro no órgão competente, data de fabricação e validade impressas na embalagem. Embalagem: original do fabricante, lacrada, com peso líquido mínimo de 200g.	PACOTE	288
28	237916	Coco Do tipo: Ralado. Acondicionada em embalagem plástica original de 500g, contendo as características do produto.	PACOTE	120
29	463937	Colorau Tipo: urucum. Apresentação: pó. Aplicação: tempero. Embalagem contendo a descrição e características do produto, com no mínimo 100g - sem adição de glutamato monossódico.	PACOTE	185
30	463892	Cravo da Índia Tipo: em flor. Aplicação: condimento. Embalagem contendo a descrição e características do produto, com no mínimo 10g.	PACOTE	185
31	462601	Creme De Leite Apresentação: caixa original de no mínimo 200g contendo a descrição e características do produto.	CAIXA	240
32	446535	Doce de leite Tipo: Pastoso. Apresentação: Embalagem de no mínimo 400g contendo a descrição e características do produto.	UNIDADE	780
33	320865	Doce industrializado. Do tipo: goiabada. Apresentação: porcionado em embalagem original de no mínimo 500g contendo a descrição e características do produto - sem adição de corantes.	PACOTE	375
34	462823	Ervilha	LATA	208
		Tipo: enlatada em conserva. Apresentação: em lata original de liquido aprox.: 280g, peso mínimo drenado 170gr. Contendo a descrição e características do produto.		

35	464570	Ervilha Tipo: Seca - grupo 2. Apresentação: embalagem original de 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	144
36	459670	Extrato de tomate Tipo: concentrado. Apresentação: embalagem original com no mínimo 300g contendo a descrição e características do produto.	UNIDADE	730
37	94650	Farinha de mandioca Tipo 1 - Seca - Crua - Fina Branca - Apresentação: embalagem original com no mínimo 1kg contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	437
38	465332	Farinha de trigo Tipo 1 - Apresentação: embalagem original com no mínimo 1kg contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	208
39	228768	Farinha Láctea Apresentação: lata original de aprox. 400g contendo a descrição e características do produto.	LATA	468
40	326330	Farinha para Quibe Apresentação: embalagem original com no mínimo 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	156
41	464553	Feijão Tipo: Cariquinha Tipo 1 - Apresentação: embalagem original com no mínimo 1kg contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	350
42	464552	Feijão Tipo: Preto - Tipo 1 - Apresentação: embalagem original com no mínimo 1kg contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	1048
43	464558	Feijão Tipo: Vermelho -Tipo 1 - Apresentação: embalagem original com no mínimo 1kg contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	350
44	459586	Fermento Químico Tipo: em Pó. Apresentação: embalagem original com 100g contendo a descrição e características do produto.	UNIDADE	156
45	470688	Fubá Tipo: de milho. Extra 1ª Qualidade. Apresentação: embalagem original de 1kg contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	219
46	462713	Gelatina Tipo: em pó. Sabor: limão. Apresentação: caixa original com sachês de no mínimo 20g contendo a descrição e características do produto.	CAIXA	456
47	462717	Gelatina Tipo: em pó. Sabor: morango. Apresentação: caixa original com sachês de no mínimo 20g contendo a descrição e características do produto.	CAIXA	687
48	462727	Gelatina Tipo: em pó. Sabor: uva. Apresentação: caixa original com sachês de no mínimo 20g contendo a descrição e características do produto.	CAIXA	687
49	462710	Gelatina Tipo: em pó. Sabor: framboesa. Apresentação: caixa original com sachês de no mínimo 20g contendo a descrição e características do produto.	CAIXA	458
50	462695	Geleia de Frutas Sabor morango. Comum. Apresentação: embalagem original com no mínimo 200g contendo a descrição e características do produto.	UNIDADE	104
51	443366	Geleia De Mocotó Apresentação: embalagem original de 220g contendo a descrição e características do produto.	UNIDADE	3120

52	312777	Leite Condensado Tipo: integral. Apresentação: embalagem original de 395g contendo a descrição e características do produto.	UNIDADE	180
53	464012	Leite de Coco Tipo: concentrado e tradicional, Apresentação: embalagem original de 200ml contendo a descrição e características do produto. Isento De Gordura Trans.	UNIDADE	60
54	458963	Macarrão Tipo: Padre Nosso. Apresentação: embalagem original de 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	375
55	217243	Macarrão Tipo: Parafuso Com Ovos. Apresentação: embalagem original de 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	375
56	458960	Macarrão Tipo: Talharim. Apresentação: embalagem original de 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	375
57	480340	Macarrão Tipo: Penne. Apresentação: embalagem original de 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	375
58	458955	Macarrão. Tipo: Espaguete Com Ovos - Nº 8 ou Nº 9. Apresentação: embalagem original de 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	372
59	463699	Margarina vegetal Tipo: cremosa - com sal - contendo de 60 a 95% de teor de lipídios - isento de gordura trans - acondicionada em embalagem de 500g com as devidas características do produto - deverá estar isenta de ranço e outras características indesejáveis - apresentando aspecto - cheiro - sabor e cor normais.	UNIDADE	730
60	459004	Massa para Lasanha Tipo: de sêmola com ovos. Apresentação: embalagem original de 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	624
61	462245	Massa para pastel Tipo: fresca. Apresentação: embalagem original de 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	336
62	279262	Milho Tipo: Canjica Especial - Classe Branca - - Tipo 2 - Apresentação: embalagem original de 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	43
63	462122	Milho Tipo: para pipoca - Grupo: duro - Classe Amarela - Tipo 1 - Formato estourado: Tipo irregular/ Butterfly. Apresentação: embalagem original de 500g contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	500

64	462824	Milho Tipo: enlatado em conserva. Apresentação: embalagem original de 200g contendo a descrição e características do produto.	LATA	260
65	463692	Óleo Tipo: Soja Tipo 1. Apresentação: embalagem original de 900ml contendo a descrição e características do produto.	FRASCO	728
66	463916	Orégano Apresentação: folhas desidratadas. Aplicação: tempero. Embalagem contendo a descrição e características do produto. Peso mínimo 50gr	PACOTE	185
67	463919	Pimenta do reino Apresentação: pó desidratado. Aplicação: tempero. Embalagem contendo a descrição e características do produto. Desidratado. Peso mínimo 30gr.	PACOTE	185
68	217796	Polpa de caju - líquida - pasteurizada - acondicionada em embalagem original com aprox. 1 litro - contendo descrição das características do produto - atendendo a legislação	FRASCO	442
69	305729	Polpa de goiaba - líquida - pasteurizada - acondicionada em embalagem original com aprox. 1 litro - contendo descrição das características do produto - atendendo a legislação	FRASCO	110
70	307911	Polpa de laranja - líquida - pasteurizada - acondicionada em embalagem original com aprox. 1 litro - contendo descrição das características do produto - atendendo a legislação	FRASCO	452
71	305730	Polpa de manga - líquida - pasteurizada - acondicionada em embalagem original com aprox. 1 litro - contendo descrição das características do produto - atendendo a legislação	FRASCO	110
72	217795	Polpa de maracujá - líquida - pasteurizada - acondicionada em embalagem original com aprox. 1 litro - contendo descrição das características do produto - atendendo a legislação	FRASCO	464
73	217793	Polpa de uva - líquida - pasteurizada - acondicionada em embalagem original com aprox. 1 litro - contendo descrição das características do produto - atendendo a legislação	FRASCO	242
74	217785	Refrigerante Tipo: Comum de guaraná. Apresentação: embalagem original de 2L contendo a descrição e características do produto.	GARRAFA	45
75	314055	Refrigerante Tipo: Comum de cola. Apresentação: embalagem original de 2L contendo a descrição e características do produto.	GARRAFA	45
76	448219	Sal Tipo: Refinado e Iodado. Apresentação: embalagem original de 1kg contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	182
77	449005	Sardinha Do tipo: enlatado e em pedaços. Meio de cobertura: com óleo comestível. Embalagem original em lata. Peso Líquido min.: 250g Peso Drenado mínimo: 165g	LATA	312
78	465694	Tapioca Tipo: farinha. Apresentação: embalagem original de 1kg contendo a descrição e características do produto.	PACOTE	54
79	217096	Vinagre	FRASCO	139

		Tipo: Álcool. Apresentação: embalagem original de 750ml contendo a descrição e características do produto.		
		LATICÍNIOS		
80	446704	logurte Polpa de frutas diversos sabores, em embalagem original - garrafa plástica, com no mínimo 170 g - contendo a descrição das características do produto - isento de gordura trans.	UNIDADE	12480
81	445998	Leite de vaca Tipo restrição: zero lactose. Leite fluido. Origem: de vaca. Tipo: A. Teor de gordura: integral. Processamento: uht. Embalagem original tetra pack de 1L contendo a descrição e características do produto.	CAIXA	1752
82	445995	Leite de vaca Leite fluido. Origem: de vaca. Tipo: A. Teor de gordura: integral. Processamento: uht. Embalagem original tetra pack de 1L contendo a descrição e características do produto.	CAIXA	7.008
83	446384	Manteiga Extra - com sal. Em embalagem original com 200 g contendo a descrição e características do produto - isento de gordura trans.	UNIDADE	728
84	446661	Queijo Tipo : minas frescal. Em embalagem plástica original, contendo no mínimo 500 g contendo a descrição das características do produto.	QUILO	165
85	446634	Queijo Tipo: mussarela. Em embalagem plástica original contendo a descrição das características do produto.	QUILO	220
86	446646	Queijo Tipo: prato. Em embalagem plástica original contendo a descrição das características do produto.	QUILO	165
87	425288	Requeijão cremoso Tipo: tradicional. Em embalagem original com 200 g contendo a descrição das características do produto- isento de gordura trans.	UNIDADE	1716
		PANIFICAÇÃO		
88	460403	Pão Base: de farinha de trigo integral. Tipo: de forma. Apresentação: fatiado. Tipo embalagem: embalagem plástica com peso de 500g, contendo descrição e característica do produto.	PACOTE	197
89	620868	Pão Sem gluten e Sem lactose. Tipo: de forma. Apresentação: fatiado. Tipo embalagem: embalagem plástica original com peso de 500g, contendo descrição e característica do produto.	PACOTE	131
90	460402	Pão Base: de farinha de trigo refinada. Tipo: de forma. Tipo adicional: de leite. Apresentação: fatiado. Tipo embalagem: embalagem plástica original com peso de 500g, contendo descrição e característica do produto.	PACOTE	5453
91	460380	Pão Base: de farinha de trigo refinada. Tipo: tipo francês/branco/de sal. Com peso mínimo de 50g a unidade	QUILO	1084
92	469442	Pão		1095

		Base: de farinha de trigo refinada. Tipo adicional: brioche. Tipo de milho. Em embalagem plástica original, com peso mínimo de 300g, contendo descrição e característica do produto - isento de gordura trans.	PACOTE	
93	460388	Pão Tipo hotdog. Em embalagem plástica original com peso mínimo de 300g, contendo descrição e característica do produto - isento de gordura trans.	PACOTE	1643
94	460391	Pão Base: de farinha de trigo refinada. Tipo: doce. Tipo adicional: bisnaga. Ingredientes adicionais: cobertura creme de confeiteiro. (Com peso mínimo de 50g a unidade).	QUILO	132
		PROTEÍNA		
95	451059	Carne bovina in natura Tipo corte: patinho. Apresentação: moída. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	QUILO	723
96	447449	Carne bovina in natura Tipo corte: patinho. Apresentação: fatiada em bife. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	QUILO	657
97	447441	Carne bovina in natura Tipo corte: lagarto plano. Apresentação: peça inteira. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	QUILO	723
98	447496	Carne bovina in natura Tipo corte: músculo. Apresentação: cortada em cubos. Estado de conservação: resfriado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	QUILO	592
99	447734	Carne salgada Tipo corte: ponta de agulha - charque. Origem: bovina. Apresentação: em mantas. Estado de conservação: seco(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	QUILO	132
100	447626	Carne de ave in natura Tipo animal: frango. Tipo corte: coxa e sobrecoxa. Apresentação: inteiro. Estado de conservação: resfriado(a). Processamento: sem pele, com osso. Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	QUILO	592
101	447594	Carne de ave in natura Tipo animal: frango. Tipo corte: peito. Apresentação: filé. Estado de conservação: congelado(a). Processamento: sem pele, sem osso. Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	QUILO	1249
102	447518	Carne suína in natura Tipo corte: lombo. Apresentação: peça inteira. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	QUILO	1249
103	448897	Peixe in natura Variedade: merluza. Tipo corte: filé. Apresentação: sem pele. Estado de	QUILO	394

		conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.		
104	447702	Embutido Tipo: linguiça calabresa. Tamanho: grossa. Tipo preparação: defumada. Estado de conservação: resfriado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	QUILO	132
105	449182	Embutido Tipo: linguiça paio. Tipo preparação: defumada. Estado de conservação: resfriado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	QUILO	132
106	447769	Frios Variedade: presunto de pernil. Tipo preparação: cozido. Composição: com capa de gordura. Apresentação: fatiado. Estado de conservação: resfriado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação.	QUILO	130
		FÓRMULAS INFANTIS		
107	427802	Fórmula Infantil para lactentes, 1º semestre de vida , embalagem original c/ no mínimo 800g. Indicação: 0 A 6 Meses. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral Ou Oral Fonte De Proteína: Leite Desnatado E/Ou Concentrado Proteico Soro de Leite. Fonte De Carboidrato: Lactose E/Ou Maltodextrina. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas E Minerais E/Ou aminoácidos. Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: C/Lecitina de Soja E/Ou Lc Pufas E/Ou nucleotídeos E/Ou Probióticos.	LATA	256
108	453663	Fórmula infantil para lactentes, 2º semestre de vida , embalagem original c/ no mínimo 800g. Indicação: 6 Meses a 1 Ano. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral Ou Oral. Fonte De Proteína: Leite Desnatado E/Ou Concentrado Proteico Soro de Leite. Fonte De Carboidrato: Lactose E/Ou Maltodextrina. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas E Minerais E/Ou aminoácidos. Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: C/Lecitina de Soja E/Ou Lc Pufas E/Ou nucleotídeos E/Ou Probióticos.	LATA	256
109	438818	Fórmula Infantil para lactentes, antirregurgitação, hipoalergênica , indicada para lactentes desde o nascimento até aos 12 meses de idade, embalagem original com no mínimo 800g. Aspecto Físico: Pó. Uso: Enteral Ou Oral Fonte De Proteína: Aminoácidos. Fonte De Carboidrato: Xarope Glicose E Amido Arroz. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas E Minerais. Características Adicionais: Isento Glúten	LATA	128
110	432636	Fórmula Infantil soja em pó, a base de proteína isolada de soja , embalagem original com no mínimo 800g. Indicação: A Partir 6º Mês. Aspecto Físico: Pó Uso: Enteral Ou Oral. Fonte De Proteína: Proteína Isolada Soja. Fonte De	LATA	128

		Carboidrato: Maltodextrina E/Ou Xarope Milho E/Ou Sacarose. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais. Componentes Adicionais: Vitaminas E Minerais Características Adicionais: Isento Glúten. Adicionais: C/ Lc Pufas E/Ou Lecitina de Soja.		
111	432350	Fórmula infantil com restrição de lactose , para lactentes e de segmento, 0 a 12 meses de idade, embalagem original com no mínimo 800g. Aspecto Físico: Pó Uso: Enteral Ou Oral. Fonte De Proteína: Soro Leite E Caseína. Fonte De Carboidrato: Maltodextrina Ou Xar. Milho. Fonte De Lipídios: Óleos Vegetais Componentes Adicionais: Vitaminas E Minerais Características Adicionais: Isento Glúten E Lactose E/Ou Sacarose Adicionais: C/ Lc pufas E/Ou Nucleotideo E/Ou Lecitina De Soja	LATA	192

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, na forma do **artigo 84** da Lei nº 14.133/2021.

1.8.1. Em razão da natureza contínua da necessidade de fornecimento de gêneros alimentícios, poderá haver prorrogação contratual, nos termos do **art. 107** da Lei nº 14.133/2021, desde que observados os requisitos legais, o interesse da Administração Pública e a vantajosidade da prorrogação, devidamente motivada.

1.9. Trata-se de aquisição de bem comum, ou seja, gêneros alimentícios cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do **art. 6º, inciso XIII**, da Lei nº 14.133/2021, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.10. Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão contemplar todos os itens necessários para o adequado suprimento das necessidades alimentares dos usuários atendidos na **CAIVS** e no **Centro POP**, assegurando condições de **nutrição adequada, bem-estar e cuidado**, fundamentais ao acolhimento e à promoção da saúde no contexto dos serviços socioassistenciais.

1.11. A aquisição deverá abranger a entrega dos gêneros alimentícios listados no item 1.6 deste instrumento, observando as especificações técnicas, quantidades e periodicidade de fornecimento previstas, de modo a assegurar a **continuidade e qualidade das refeições** prestadas pelas unidades assistenciais, com regularidade e conformidade às diretrizes do SUAS.

1.12. Entende-se por gêneros alimentícios todos os produtos necessários à composição das refeições diárias dos usuários atendidos na **CAIVS** e no **Centro POP**, tais como: cereais, arroz, feijão, massas, proteínas, laticínios, óleos, açúcar, café, chás, biscoitos, sucos e outros itens correlatos e essenciais à alimentação equilibrada, à dignidade humana e à promoção da saúde.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A contratação aqui pretendida é de fundamental importância e tem por finalidade garantir o atendimento adequado às necessidades **alimentares** dos usuários da **Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso (CAIVS)** e do **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)**. A aquisição de **gêneros alimentícios** visa assegurar condições dignas de nutrição, cuidado, bem-estar e acolhimento aos indivíduos atendidos por esses equipamentos da rede socioassistencial, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com base nas seguintes justificativas:

2.1.1. Garantia de Dignidade e Direitos Humanos

- Proporciona refeições adequadas e balanceadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social, assegurando condições mínimas de dignidade e segurança alimentar.
- Contribui para a efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), especialmente no que tange à proteção social básica e especial.

2.1.2. Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças

- Alimentação adequada contribui para o fortalecimento da saúde e prevenção de deficiências nutricionais e doenças relacionadas à má nutrição.
- Reduz riscos sanitários e promove bem-estar tanto dos usuários quanto dos profissionais que atuam nos equipamentos.

2.1.3. Qualificação do Atendimento Socioassistencial

- Melhora as condições estruturais dos serviços ofertados, garantindo maior acolhimento, segurança e respeito aos usuários.
- Qualifica o ambiente institucional, promovendo a valorização da política pública e a confiança da população nos serviços ofertados.

2.1.4. Prevenção de Agravamento da Vulnerabilidade Social

- Evita que a população atendida enfrente condições ainda mais degradantes devido à insuficiência de alimentação adequada.
- Contribui para a reinserção social ao oferecer um espaço digno e acolhedor, incentivando a permanência nos programas e ações da política de assistência.

2.1.5. Agilidade e Eficiência na Prestação do Serviço Público

- Garante a continuidade e a regularidade das refeições nos equipamentos socioassistenciais, evitando interrupções por falta de insumos alimentares básicos.
- Permite maior planejamento e organização da gestão, assegurando respostas rápidas e efetivas às demandas diárias.

2.1.6. Fomento à Humanização do Atendimento

- Cria um ambiente mais humanizado, seguro e acolhedor, valorizando a presença e a dignidade dos usuários.
- Reflete o compromisso da administração pública com o cuidado, a nutrição e o respeito à população em situação de vulnerabilidade extrema.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A aquisição de **gêneros alimentícios** pela Administração Pública requer a observância de diversos princípios da legislação vigente, como legalidade, eficiência, publicidade e economicidade, de forma a garantir a melhor utilização dos recursos públicos e assegurar a qualidade e a continuidade do atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a modalidade de **pregão eletrônico**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)** e o critério de julgamento de **menor preço unitário por item**, apresenta-se como a estratégia mais adequada para atender à demanda contínua e essencial dos serviços ofertados pela **Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso (CAIVS)** e pelo **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)**.

Inicialmente, o pregão eletrônico é amplamente reconhecido por fomentar a competitividade e promover a transparência nos processos licitatórios. Realizado em ambiente digital, permite a participação de um número maior de fornecedores, eliminando barreiras geográficas e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas em termos de **custo-benefício** para a Administração Pública. Além disso, essa modalidade fortalece os princípios da transparência e do controle social, na medida em que os atos do processo ficam registrados eletronicamente e disponíveis para consulta pública, assegurando a lisura e a confiabilidade no processo de contratação.

3.2 A opção pelo **Sistema de Registro de Preços (SRP)** justifica-se pela natureza contínua, essencial e variável do consumo de **gêneros alimentícios** nas unidades socioassistenciais. O SRP permite à Administração adquirir os produtos de acordo com a necessidade real e imediata, sem a obrigatoriedade de iniciar um novo processo licitatório a cada demanda, o que promove agilidade na gestão, evita desabastecimentos e garante a regularidade das refeições servidas aos usuários.

3.3 Além disso, o uso do SRP permite economia de escala, otimizando os recursos públicos por meio de contratações planejadas, conforme a vigência da ata de registro de preços. Isso contribui para a eficiência operacional da gestão pública e a continuidade dos serviços ofertados aos usuários em situação de vulnerabilidade, sem prejuízo ao caráter emergencial que muitas vezes acompanha essa política de atendimento.

3.4 A escolha do critério de **menor preço unitário por item** também se revela como a opção mais eficiente, tendo em vista que os **gêneros alimentícios** apresentam especificações técnicas distintas e demandas variadas por categoria e tipo de refeição. Com esse critério, é possível selecionar os fornecedores mais vantajosos para cada item específico, otimizando a relação **custo-benefício** e assegurando a qualidade dos produtos ofertados, sem comprometer a competitividade do processo licitatório.

3.5 Dessa forma, conclui-se que a adoção do pregão eletrônico, com uso do sistema de registro de preços e julgamento pelo menor preço unitário por item, é a solução mais compatível com o interesse público, assegurando a economicidade, a eficiência e a eficácia da contratação. Essa estratégia garante o fornecimento contínuo de **itens essenciais para a alimentação adequada**, saúde e bem-estar dos usuários atendidos pelas unidades **CAIVS** e **Centro POP**, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com os princípios constitucionais da Administração Pública, especialmente aqueles previstos no **art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal de 1988**.

3.6 A presente contratação enquadra-se, notadamente, nas seguintes hipóteses do Decreto Federal nº 11.462/2023, senão vejamos:

3.6.1 I – Necessidade de contratações frequentes

O fornecimento de gêneros alimentícios, tais como pães, chocolate em pó e proteínas, caracteriza-se como **demandada contínua e permanente**, sendo indispensável à manutenção das atividades do CAIVS, que realiza acolhimento institucional em regime ininterrupto.

A natureza do serviço exige abastecimento regular e frequente, justificando a adoção do SRP como instrumento adequado para garantir a continuidade do fornecimento.

3.6.2 II – Entregas parceladas

Os itens a serem adquiridos incluem produtos **perecíveis**, especialmente proteínas e pães, o que inviabiliza sua aquisição em grande quantidade para entrega imediata.

Dessa forma, mostra-se necessária a realização de **entregas parceladas**, conforme a demanda da unidade, evitando desperdícios e garantindo a qualidade dos alimentos ofertados aos acolhidos.

3.6.3 IV – Impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato

3.6.3.1 Embora haja estimativa de consumo, a demanda por gêneros alimentícios pode variar em razão de fatores como:

3.6.3.1.1 variação no número de acolhidos;

3.6.3.1.2 mudanças nas necessidades nutricionais;

3.6.3.1.3 eventual ampliação ou redução da capacidade de atendimento.

3.6.3.2 Nesse contexto, o SRP permite maior flexibilidade na gestão dos quantitativos, adequando as aquisições às necessidades reais da Administração.

3.6.3.3 Diante do exposto, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se **tecnicamente adequada e economicamente vantajosa**, permitindo maior eficiência na gestão das aquisições, garantindo o abastecimento contínuo e evitando desperdícios de recursos públicos.

3.6.3.4 Assim, resta devidamente fundamentada a escolha do SRP, em conformidade com o art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023.

3.7 Assim, a solução proposta foi analisada com base em pesquisas de mercado e estudos técnicos de viabilidade, considerando o **ciclo de vida do objeto**, os custos associados, os padrões de consumo e as exigências da política pública de assistência social. Constatou-se que o modelo adotado está plenamente alinhado com os princípios da **nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)**, assegurando uma contratação eficiente, transparente e vantajosa para o poder público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Da Sustentabilidade

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e as diretrizes do art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012:

4.1.1.1.1. A empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotando critérios e práticas que envolvam:

- a) Baixo impacto sobre os recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência por insumos alimentícios de origem local;
- c) Maior eficiência no uso de recursos naturais como água e energia nos processos de embalagem e transporte;
- d) Geração de empregos locais, sempre que possível;
- e) Produtos com maior vida útil e menor custo de descarte;
- f) Utilização de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais;
- g) Origem sustentável dos insumos utilizados nos alimentos;
- h) Preferência por produtos alimentícios de origem sustentável e certificados, quando aplicável.

4.1.1.1.2. Com vistas à preservação do meio ambiente e à aplicação efetiva de critérios socioambientais, a contratada estará vinculada às seguintes diretrizes:

- a) Em caso de fornecimento de produtos alimentícios com embalagens descartáveis ou com potencial gerador de resíduos sólidos urbanos, como frascos, caixas, sacos plásticos e bandejas, deverá ser observada a conformidade com as normas de gerenciamento de resíduos sólidos, em especial a **Lei nº 12.305/2010** (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e os princípios da logística reversa;
- b) Sempre que possível, a contratada deverá fornecer produtos com **embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis**, contribuindo para a redução da geração de resíduos não reaproveitáveis;
- c) A contratada deverá evitar, sempre que tecnicamente viável, o fornecimento de produtos com embalagens excessivas ou que gerem impactos ambientais negativos no descarte;
- d) A empresa fornecedora deverá observar normas locais ou internas do órgão contratante relacionadas ao gerenciamento de resíduos comuns e à coleta seletiva, quando houver.

4.1.2. Da Não Indicação de Marcas ou Modelos

4.1.2.1. Conforme determinação da unidade requisitante, não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos, exceto nos casos em que as especificações técnicas exigirem, nos termos do art. 41, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

4.1.3. Da Inexistência de Amostra

4.1.3.1. Não será exigida a apresentação de amostra dos gêneros alimentícios durante o processo licitatório.

4.1.4. Da Vedação à Subcontratação

4.1.4.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, sendo responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento integral dos itens licitados.

4.1.5. Da Inexistência de Garantia Contratual

4.1.5.1. Não será exigida garantia contratual nos termos dos arts. 96 a 100 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento de bens de consumo comum e de entrega imediata ou parcelada, conforme demanda.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. O fornecimento dos **gêneros alimentícios** será realizado de forma parcelada, de acordo com as necessidades e conveniências da CONTRATANTE, observando-se as quantidades adquiridas e respeitando os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

5.2. O prazo para início do fornecimento será imediato, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, emitido pela Administração.

5.3. Para o fornecimento das quantidades adquiridas, proceder-se-á conforme a demanda real e programada pela CONTRATANTE, que poderá requisitar os itens de forma integral ou fracionada ao longo da vigência contratual, mediante solicitações formais.

5.4. Caso não seja possível atender à solicitação de fornecimento no prazo assinalado, a contratada deverá comunicar imediatamente à Administração as razões do impedimento, para que eventual prorrogação seja analisada, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

5.5. Os produtos deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.5.1. Centro POP – Alameda Visconde de Taunay, nº 278 – Parque São Clemente, Olaria - Nova Friburgo – RJ; de segunda a sexta- feira, entre 9h as 16h.

5.5.2. CAIVS – Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso – Rua Itajubá S/N Vargem Grande – Cônego – Nova Friburgo – RJ; de segunda a sexta- feira, entre 9h as 16h.

5.5.3. Outros locais indicados formalmente pela CONTRATANTE, desde que situados no Município de Nova Friburgo/RJ.

5.6. Os alimentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo servidor designado para o acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação de conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.7. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações exigidas. Neste caso, a contratada deverá providenciar a substituição imediata, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação, sem ônus adicional para a Administração.

5.8. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante conferência da conformidade dos produtos, quantidade e qualidade, sendo formalizado por meio de termo de recebimento definitivo.

5.8.1. Caso a Administração não se manifeste no prazo estipulado, considerar-se-á automaticamente efetivado o recebimento definitivo no último dia do prazo fixado, salvo manifestação formal em sentido contrário.

5.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto a vícios ocultos, defeitos de fabricação, não conformidade com os padrões exigidos ou quaisquer danos que venham a surgir após a entrega, respondendo a contratada civil, administrativa e tecnicamente pela integridade dos produtos fornecidos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, os prazos de entrega serão prorrogados automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento dos materiais, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, inconformidades ou defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, quaisquer situações que demandem providência ou decisão além de sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3. A Contratada será obrigada a reparar, substituir ou complementar, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais entregues que apresentarem vícios, defeitos ou não conformidades com as especificações do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão do fornecimento de materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo Contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados ao fornecimento dos materiais (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.5.1. A inadimplência da Contratada quanto a esses encargos não transfere à Administração qualquer responsabilidade pelo seu pagamento, tampouco poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6. As comunicações entre o órgão/entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito, salvo em casos em que se admite, excepcionalmente, o uso de meio eletrônico (IN nº 5/2017, art. 44, §2º).

6.7. O órgão poderá convocar representante da empresa para tratar de providências que exijam adoção imediata (IN nº 5/2017, art. 44, §3º).

6.8. Após a assinatura do contrato, o órgão convocará representante da empresa para reunião inicial,

apresentando o plano de fiscalização, contendo informações sobre as obrigações contratuais, procedimentos de fiscalização, plano de entrega, critérios de aferição da conformidade dos materiais e possíveis sanções (IN nº 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal, será verificada a regularidade da empresa junto ao SICAF.

6.10. Serão exigidas, se não constarem regulares no SICAF: Certidão Negativa de Débitos Tributários Federais e Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.11. A fiscalização do fornecimento obedecerá às seguintes rotinas:

6.11.1. O acompanhamento, gestão e fiscalização serão exercidos por representantes do Contratante, cabendo-lhes resolver dúvidas e relatar ocorrências à Administração, conforme o capítulo VI do título III da Lei nº 14.133/2021.

6.11.2. Antes do início da execução contratual, serão designados formalmente os agentes públicos responsáveis como gestor e fiscal do contrato, bem como seus substitutos.

6.11.3. O(s) fiscal(is) registrará(ão) todas as ocorrências relevantes, indicando data e conteúdo, e encaminhará(ão) os registros à autoridade competente.

6.11.4. O(s) fiscal(is) deverá(ão) ter conhecimento técnico suficiente para avaliar a qualidade dos materiais entregues.

6.11.5. A verificação da conformidade do fornecimento será baseada nos critérios constantes deste Termo de Referência, especialmente as especificações dos materiais.

6.11.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por eventuais danos decorrentes de falhas no fornecimento.

6.12. São obrigações do Contratante:

6.12.1. Atestar as notas fiscais da Contratada após verificação da conformidade dos materiais entregues.

6.12.2. Efetuar o pagamento devido dentro do prazo contratual.

6.12.3. Fornecer informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada.

6.12.4. Aplicar penalidades cabíveis, conforme previsto neste Termo de Referência, edital e Lei nº 14.133/2021.

6.12.5. A fiscalização seguirá as seguintes rotinas complementares:

6.12.5.1. Realização de avaliação da entrega mediante Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com redimensionamento proporcional do pagamento quando a Contratada:

- a) deixar de entregar os materiais;
- b) entregar produtos fora da especificação ou com qualidade inferior;
- c) entregar quantidade menor que a demandada.

6.12.5.2. O uso do IMR não impede a aplicação de outros mecanismos de avaliação da conformidade.

6.12.5.3. Conforme o item 1 do Anexo VIII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, poderá haver retenção ou glosa proporcional ao grau de irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.12.5.4. Irregularidades que ensejarão glosa:

Não fornecimento de itens acordados;

Fornecimento de itens com qualidade inferior ou fora da especificação;

Entregas parciais injustificadas ou em desacordo com os prazos pactuados.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ: 07.293.841/0001-83, no endereço: Alameda Eduardo Guinle, nº 137, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP 28.625-130.

7.2. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nos seguintes endereços:

7.2.1. Centro Pop – Alameda Visconde de Taunay, nº 278, Parque São Clemente, Olaria, Nova Friburgo – RJ; de segunda a sexta- feira, entre 9h as 16h.

7.2.2. CAIVS – Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso – Rua Itajubá s/n, Vargem Grande, Conego, Nova Friburgo – RJ, de segunda a sexta- feira, entre 9h as 16h.

7.3. Da liquidação da despesa:

7.3.1. A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2.493, de 07 de novembro de 2023.

7.3.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2.480/2023, referentes à retenção de Imposto de Renda na fonte e obrigações correlatas.

7.4. Do pagamento da despesa:

7.4.1. O pagamento será efetuado desde que as certidões listadas estejam válidas: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Fazenda Federal, FGTS, PGE – Dívida Ativa Estadual, Municipal – ISS e Dívida Ativa, Estadual – CND ICMS.

7.4.2. A Nota Fiscal deverá conter identificação bancária completa (Banco, Agência, Conta Corrente) para permitir o pagamento.

7.4.3. Em caso de rejeição da Nota Fiscal por erro ou incorreção, o prazo para pagamento será contado a partir da reapresentação correta.

7.4.4. Consoante o art. 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração poderá reter o pagamento motivadamente em caso de risco iminente.

7.4.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota (s) Fiscal(ais) apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº. 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado mediante **pregão eletrônico, conforme art. 28, I e através do sistema de registro de preços, nos termos dos artigos 78 e 84, todos da Lei nº 14.133/2021, bem como artigo 3º, inciso I, II e IV do Decreto Federal nº 11.462/2023.**

8.2. Antes da contratação, será verificado descumprimento de condições impeditivas por meio de cadastros oficiais (SICAF, CEIS, CNEP).

8.3. A consulta incluirá empresa e sócio majoritário, conforme art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

8.4. Ocorrências impeditivas indiretas serão diligenciadas pelo gestor para averiguação de eventual

fraude.

8.5. Tentativas de burla serão verificadas por vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação antes de eventual negativa de contratação.

8.7. Habilitação do fornecedor será verificada via SICAF.

8.8. O fornecedor deve manter documentação atualizada ou fornecê-la quando solicitada.

8.9. Documentos de habilitação com CNPJ/CPF divergentes só serão aceitos se legalmente permitidos.

8.10. Matriz ou filial deverão apresentar documentos em seus respectivos nomes, salvo atestados técnicos emitidos apenas em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ com diferenças de documentos, se houver comprovação de centralização de contribuições.

8.12. Requisitos de habilitação:

8.12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.12.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.12.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.12.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.12.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12.1.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12.1.10 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.12.1.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.12.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8- Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1- A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3- Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.14.1 -Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2- Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3- Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4- A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5- No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7- Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.15.1- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.3– Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.4- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.5- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.6 - Apresentar Alvará ou Licença Sanitária expedida pela autoridade sanitária municipal ou estadual da sede da licitante, dentro da validade, quando aplicável.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Da Contratada:

- 9.1.1. Atender solicitações de fornecimento conforme quantitativo de cada item;
- 9.1.2. Fornecer gêneros alimentícios de acordo com especificações do edital;
- 9.1.3. Responsabilizar-se pela boa execução do fornecimento;
- 9.1.4. Reparar, substituir ou corrigir produtos danificados ou não conformes;
- 9.1.5. Corrigir deficiências apontadas pelo Contratante;
- 9.1.6. Apresentar documentos de procedência e amostras quando solicitadas;
- 9.1.7. Não subcontratar ou ceder o objeto do contrato;
- 9.1.8. Manter condições de habilitação e qualificação;
- 9.1.9. Estender benefícios ou promoções a contratos ou atas;
- 9.1.10. Responsabilizar-se por danos a terceiros ou à Administração;
- 9.1.11. Arcar com despesas trabalhistas, fiscais e civis;
- 9.1.12. Garantir qualidade e autenticidade dos produtos, substituindo-os se necessário;
- 9.1.13. Manter e comunicar e-mail válido;
- 9.1.14. Designar responsável técnico para supervisão do fornecimento;
- 9.1.15. Arcar com transporte e remoção de materiais;
- 9.1.16. Fornecer insumos necessários à execução do fornecimento;
- 9.1.17. Manter canal de comunicação com profissional de sobreaviso;
- 9.1.18. Apresentar mínimo de 1 Atestado de Capacidade Técnica;
- 9.1.19. Atestados devem detalhar datas, locais, responsável técnico e quantitativos.

9.2. Do Contratante:

- 9.2.1. Comunicar ocorrências de execução;
- 9.2.2. Efetuar pagamento conforme contrato;
- 9.2.3. Promover acompanhamento e fiscalização qualitativa e quantitativa;
- 9.2.4. Rejeitar itens fora de especificação;
- 9.2.5. Garantir cumprimento das obrigações da Contratada;
- 9.2.6. Aplicar sanções administrativas quando necessárias;
- 9.2.7. Prestar informações e esclarecimentos solicitados;
- 9.2.8. Observar demais condições do edital.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de

Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- 10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- 10.3.1 advertência;
- 10.3.2 multa;
- 10.3.3 impedimento de licitar e contratar;
- 10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021)

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 738.037,85 (setecentos e trinta e oito mil e trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021)

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão/Unidade Orçamentária:	Gerência de Proteção Social Especial
Fonte de Recursos:	1500 / 1660 / 1661
Programa de Trabalho:	32003.0824510342.217
Natureza da Despesa:	339030-14

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O serviço objeto do presente planejamento não se enquadram nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

13.2. Termo de Referência elaborado por estes subscritores auxiliada pela equipe técnica desta Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Nova Friburgo/RJ, 9 de abril de 2026.

UNIDADE REQUISITANTE:	ELABORADORA SEGUNDO DADOS FORNECIDOS PELA UNIDADE REQUISITANTE ATRAVÉS DO DFD / APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO:
<hr/> Amélia Cristina Domingues Fernandes Coordenação da Casa de Acolhimento Vila Sorriso Mat.: 115.162	<hr/> Antonio Carlos Sant Ana Assessor Nível Intermediário Mat. 207.630
<hr/> Débora Perçu Martins Mat.: 302.389 Nutricionista da Casa de Acolhimento Vila Feliz	<hr/> Visto e revisado por Monara Tavares da Silva Cunha Assessora Nível Superior de Apoio Administrativo Mat. 199.511
<hr/> Jorge Luiz Clemente de Abreu Coordenação do Centro POP Mat.:199.110	
<hr/> Rosângela Caterina Cassano Gerente de Proteção Social Especial Mat.:199.059	

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra
Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Mat. 100.518